

EMPRESARIADO E EDUCAÇÃO NA DITADURA CIVIL - MILITAR: PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO¹.

Diego Tamborin²
Marco Antônio de Oliveira Gomes³

RESUMO:

O texto busca explorar o papel do empresariado no discurso sobre educação e nos mecanismos encontrados para orientar o poder político na profissionalização do ensino médio, o período histórico é a ditadura civil – militar no Brasil de 1964 a 1973, e traz a hipótese de que os interesses por lucratividade motivaram medidas de profissionalização do ensino médio. Busca – se responder quais foram as formas de articulação desses empresários junto ao estado. É dado destaque às reformas no ensino médio e os vínculos empresariais com os interesses imperialistas dos EUA, o discurso educacional de organizações burguesas e a ocupação das instituições de estado pela burguesia. Essa é uma pesquisa documental e faz uso de métodos desenvolvidos a partir do materialismo histórico como meio de compreensão das contradições de uma sociedade profundamente desigual, periférica e atravessada pelas contradições de classes. Estado contra os inimigos reais ou imaginários, sindicatos, movimentos estudantis e populares, o que permitiu acumulação de capital em escala acelerada. Diante do contexto ditatorial coube à educação um papel fundamental de legitimação da ordem e de preparação de mão de obra adequada aos interesses do capital.

Palavras – chave: Educação. Empresariado. Ditadura civil – militar.

Abstract:

The text seeks to explore the role of the business community in the discourse on education and mechanisms found to guide political power in the high school professionalization of the high school. The period covered is the civil - military dictatorship in Brazil from 1964 to 1973. The main intention is to answer what were the forms of articulation of these entrepreneurs and the State. Our main hypothesis is that the interest for profitability motivated measures of high school professionalization. We highlighted the business ties to US imperialist interests, the bourgeois organizations educational discourse and the occupation of state institutions. This is a documentary research and uses methods developed from the historical materialism as a means of understanding the contradictions of a profoundly unequal, peripheral society and crossed by the class antagonism. The State against real or imagined enemies, unions, students and popular activists, which allowed capital accumulation on an accelerated scale. In a dictatorial context, education played a fundamental role in legitimizing order and preparation of manpower suited to the interests of capital.

Keywords: Education. Business Community. Civil - military dictatorship.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo como pré-requisito para a obtenção do título de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

² Acadêmico do 4º ano de Pedagogia. E – Mail: ra51168@uem.br.

³ Orientador do trabalho e professor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE).

Apresentação

A profissionalização do ensino médio e a atuação do empresariado na área educacional no período da ditadura civil – militar de 1964 a 1973 é o tema deste trabalho. É dado destaque às propostas e a ação política no campo educacional do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e associados. A problemática orientadora da pesquisa diz respeito de como foi a forma político-econômica e quais interesses certos setores da sociedade civil, notadamente os empresários e intelectuais associados, articularam na formulação e execução das políticas públicas na área educacional. O objetivo é analisar as mobilizações de caráter ideológico na formulação de propostas educacionais no ensino médio, observando a realidade econômica, para chegar no processo de institucionalização de interesses.

A partir da problematização e do objetivo envolvidos é possível chegar a uma hipótese mais ampla a respeito da ação de classe da burguesia empresarial e o seu papel na educação. A finalidade básica desta atuação foi pela formação de força de trabalho a fim de atender as demandas de lucratividade em um mercado internacionalizado, para tanto foi utilizado o mecanismo de vincular diretamente educação e trabalho por meio da profissionalização do ensino médio expresso na lei nº5692/71 e em outras medidas governamentais relacionadas ao campo da organização do trabalho.

Para dar conta das intenções e hipóteses levantadas se faz necessário situar a interpretação histórica e a metodologia empregada. Na visão de Campos (2020) os estudos históricos sobre a atuação empresarial no regime militar têm como um dos marcos de referência o livro de Rene Armand Dreifuss (1981). Este cientista social desenvolveu importante trabalho sobre o golpe de 1964, soube manejar farta documentação com olhar crítico. Há toda uma movimentação do empresariado na desestabilização do governo João Goulart (1961-1964), com participação de agentes internos patrocinados pelos EUA. O trabalho de Arapiraca (1979) também dissecou a interferência dos EUA na área educacional de forma intensa a partir de 1964.

O método que serviu de ferramenta de pesquisa e de fundamentação teórica é o materialismo histórico em sua leitura gramsciana. Conforme Liguori e Voza (2017) o trabalho de Gramsci de investigação da sociedade italiana sob o fascismo gerou um conjunto de conceitos e termos que podem ser utilizados para a interpretação crítica

de outras sociedades. Os conceitos que serão empregados neste trabalho são: a teoria do estado ampliado, intelectuais orgânicos, opinião pública e hegemonia.

Tais termos são inspirados no complexo painel teórico de Gramsci e estão estreitamente conectados entre si. De acordo com Liguori e Voza (2017) e Freitag (2007) o estado ampliado está imerso dentro de uma realidade econômica da sociedade capitalista e industrial do século XX em que há uma interação de sociedade civil formada por organizações privadas (igreja, escola, imprensa, sindicatos) e sociedade política formada pelas instituições própria da vida estatal (governo, judiciário, polícia, militares).

Na sociedade civil se desenrola a construção do consenso e do momento da hegemonia sob a mediação do intelectual orgânico, responsável pela homogeneidade e consciência histórica de um determinado grupo social como, por exemplo, o empresário capitalista que demanda a presença do cientista da economia política e demais especialização geradas pela atividade capitalista moderna. Gramsci (2001) alerta sobre o critério de definição do intelectual orgânico e o erro metodológico em buscar tais definições na natureza da atividade intelectual em si mesma sem considerar o complexo de relações sociais.

Para quem e em qual classe social tal intelectual atua? Gramsci (2001) responde que o pesquisador ou cientista social deveria atentar ao fato de que a conexão do intelectual da dita sociedade capitalista com o mundo da produção é mediada por elementos da sociedade civil e dos aparelhos de estado. Um exemplo é a opinião pública expressa em jornais, partidos, e associações empresariais. É um espaço privilegiado da sociedade civil e lugar de confecção da hegemonia que diz respeito a criação de ideologias ou visões de mundo afins às classes dominantes na intenção de buscar a colaboração e o consentimento à exploração dos subalternos de acordo com Freitag (2007). De forma mais precisa nas palavras de Gramsci (2007, p. 265),

que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil [...] a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo

político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública — jornais, partidos, Parlamento —, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.

A partir dessa orientação teórica e metodológica foi possível realizar pesquisas em fontes primárias. Trechos de documentos do acervo do IPES encontrados na obra do Dreifuss (1981) e Souza (1978), e documentos relativos a interferência dos EUA foram encontrados na obra de Arapiraca (1979), tais os autores além de importantes na reconstituição histórica e na metodologia empregadas fizeram grandes trabalhos de pesquisas, servindo, portanto, como recurso para a obtenção de fontes primárias de difícil acesso ainda hoje. Foi utilizado também material de jornais do período da ditadura e dos dias atuais.

O contexto histórico da ditadura civil - militar

Diferentes órgãos e instituições de classe e de natureza conservadora contribuíram para o processo de desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964) em um contexto marcado pelas disputas internas em torno de um projeto desenvolvimentista que assegurasse a autonomia econômica e política do país e pela Guerra Fria que perdurou de 1947 a 1991. Este momento histórico foi caracterizado pelo conflito entre a URSS e os Estados Unidos. Dentro dessa polarização o pensamento hegemônico brasileiro na esfera militar, a Doutrina de Segurança Nacional sob a égide da Escola Superior de Guerra (ESG) de Golbery do Couto e Silva (1911 – 1987) que acabou por envolver toda a sociedade, sobretudo até meados de 1970, fez frente ao projeto desenvolvimentista e autônomo.

A ESG, criada em 1948, e conseqüentemente a doutrina de segurança nacional foram engendradas sob supervisão direta dos EUA. Conforme Barros e Chaves (2000, não paginado), a “assistência norte-americanos foram fundamentais para a fundação da ESG. Essa relação íntima perdurou até o início da década de 1970 através da presença física regular nas dependências da escola de um oficial de ligação norte-americano”. Na interpretação de Saviani (2013) a doutrina de segurança nacional da

ESG, em linhas gerais, pregava um alinhamento aos interesses da potência norte-americana posicionada como líder do bloco ocidental.

O Brasil seria um parceiro na contenção do perigo comunista representado pela União Soviética e China. Para conter essa ameaça vermelha seria necessário uma série de medidas em diversas direções, no desenvolvimento econômico e cultural, com os EUA à frente dessas ações. A doutrina de segurança nacional foi uma "ideologia que caía como uma luva para justificar a adoção do modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente" (SAVIANI, 2013, p. 361).

Nessa conjuntura de polarização da Guerra Fria o caráter dependente do Brasil diante das grandes forças imperialistas e a fragilidade de nossa economia se expressou na agudização dos conflitos sociais. O crescimento dos movimentos populares, dos sindicatos, do movimento estudantil e a proposição das chamadas "reformas de base" assustaram as classes dirigentes que temiam perder seus privilégios conforme mostra o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014). Neste relatório podemos ver a preparação do golpe e as motivações dos participantes. Para diversos setores da elite era uma realidade a infiltração comunista em todo o governo. Assim,

as manifestações de movimentos sociais ou grevistas, a balbúrdia política e as manifestações do suboficialato eram recebidas com suspeição por muitos setores, notadamente por militares, que em tudo viam uma porta de acesso para a infiltração de comunistas e a expansão de atividades subversivas. (BRASIL, 2014, p. 96)

Diante dessa suspeição, agravada pelo contexto de crise econômica e política, a burguesia e militares se colocavam a seguinte questão: a classe trabalhadora, liderada pelo operariado urbano, representava uma ameaça aos interesses burgueses? No âmbito das relações internacionais, a Guerra Fria (1947-1991), houve desdobramentos nas disputas internas entre classes e frações de classes no Brasil. Era necessário, do ponto de vista do capital, obstruir o avanço das classes populares e impedir as pressões dos trabalhadores.

A reforma agrária era um dos pilares dos projetos defendidos por Goulart. Considerada necessária para o desenvolvimento nacional, a proposta foi duramente atacada pelos latifundiários e seus representantes no Congresso e na imprensa. A acusação de ser conivente com o "comunismo" e com a "corrupção", fez Goulart ser

constantemente pressionado e sabotado pelo empresariado, mas sobretudo pela ação do imperialismo norte-americano.

Um dos mais importantes órgãos dessa rede conspiratória foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em agosto de 1961, por um grupo empresarial de São Paulo e Rio de Janeiro em conjunto com oficiais vinculados a Escola Superior de Guerra (ESG). O financiamento do órgão se fez por meio de diferentes fontes o que incluiu empresas multinacionais, além de fontes clandestinas oriundas do exterior (DREIFUSS, 1981). De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade,

Intensificam-se o monitoramento da situação interna e as interferências diretas na política nacional por meio de organizações dirigidas por aliados internos. Isso ficou patente, sobretudo, durante a campanha eleitoral de 1962, quando se viram multiplicadas as ações de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – que recebiam recursos dos Estados Unidos –, na orientação e financiamento de certos candidatos. Esse núcleo civil esteve também articulado a grupos fascistas e integralistas de extrema direita, organizados em movimentos anticomunistas, que praticaram muitos atos de terror e de intimidação, particularmente junto ao movimento estudantil, então bastante influente (BRASIL, 2014, p.97)

Como podemos ver foi montada uma estrutura clandestina que permitiu o recebimento de recursos para sabotagem do Governo Goulart que não poupou esforços na disseminação de mentiras, da propaganda anticomunista e do financiamento de grupos e associações que objetivavam derrubar Goulart. Dessa forma, com o apoio do IPES foram criados outros grupos que se comprometeram com a defesa da ordem burguesa e com a ruptura de 1964: Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais), Campanha da Mulher Democrata (Rio de Janeiro), União Cívica Radical (São Paulo), além da organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Além dos grupos citados, o IPES também se infiltrou em organizações estudantis, em sindicatos etc.

Não por acaso, ao longo da Ditadura, intelectuais vinculados ao IPES assumiram funções estratégicas em diferentes ministérios e empresas estatais, promovendo políticas de Estado segundo a lógica dos interesses burgueses. A participação do órgão não se restringiu a meros atos administrativos de interesse do capital, mas também se pautou no financiamento da espionagem, por meio do Serviço

Nacional de Informações, e das atividades de repressão, tal qual a Operação Bandeirantes (Oban). Atuante a partir de 1969 a Oban buscou concentrar diversas forças policiais e militares com o objetivo de reprimir grupos de esquerda. Conforme a Comissão da Verdade” em janeiro de 1970, o governo Médici institucionalizou a Oban. A seguir, entraram em funcionamento o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).” (BRASIL, 2014, p. 102).

Esse mecanismo de repressão interna mostra que a educação não é uma instância separada da sociedade que a forjou. Nesse sentido, compete analisar as propostas educacionais como expressão das lutas travadas no interior da sociedade. Para detalhar os interesses gerais da burguesia em relação ao golpe de 1964 e suas configurações de forças classistas cabe entender a conjuntura:

A vanguarda da poderosa coalizão burguesa antipopulista e antipopular, localizada nos vários escritórios de consultoria, anéis burocráticos - empresariais, associações de classe dominantes e militares ideologicamente congruentes, beneficiando-se do apoio logístico das forças transnacionais, transformou-se num centro estratégico de ação política, o complexo IPES/BAD. Juntamente com fundadores e diplomados da ESG, ele estabeleceu a ‘crítica das armas’, representando o momento político-militar da ação burguesa de classe. As classes capitalistas se "unificaram" sob uma única liderança - o complexo IPES/IBAD - no Estado Maior da burguesia, como também agiriam sob a bandeira de um único partido da ordem, as Forças Armadas. A crise de autoridade orgânica e de hegemonia política seria resolvida por um golpe preventivo empresarial - militar (DREIFUSS, 198, p. 143, grifos do autor).

Como se vê, o autor não deixa dúvidas a respeito da participação burguesa e de seus órgãos de classe na arquitetura do golpe de estado que derrubou o presidente João Goulart e da ordem estabelecida no período posterior a 1964. Ainda segundo Dreifuss (1981),

O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo IPES. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. [...] Em suma, o IPES representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou de grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco. (DREIFUSS, 1981, p. 488)

Para o autor, algo que concerne, em especial, ao campo da educação é que existe uma coerência entre as reformas implementadas nos pós - 1964 com as formulações conduzidas pelos grupos de Estudos e Doutrina do IPES. O corpo técnico

das administrações da ditadura brasileira foi em boa medida recrutada de organizações de classe, principalmente o IPES, capazes de orientar as reformas estruturais e mudanças organizacionais da máquina pública inspiradas por essa organização.

Antes de prosseguirmos faz-se necessário apontar que o IPES congregava os segmentos mais significativos da burguesia brasileira, militares, jornalistas e diretores de empresas multinacionais que operavam no Brasil. O combate ao comunismo e as propostas de democratização das relações sociais unificava ideologicamente os membros do grupo. Publicamente, a instituição apresentava-se envolvida em atividades de estudos sobre a realidade brasileira, mas na prática constituiu-se como um órgão conspirador, golpista e de apoio aos governos militares do pós 1964. Não por acaso, seus membros colaboraram com o Serviço Nacional de Informação (SNI), cujo idealizador foi o General Golbery do Couto e Silva, que também era membro do IPES como citado anteriormente.

Sabemos que os associados do IPES se envolverem em várias operações, funcionando com um centro de distribuição de informações e propaganda anticomunista. Para Dreifuss (1981, p. 423) tais indivíduos foram responsáveis, pelas tentativas de se criar um poder político baseado nos próprios empresários e não nos políticos dos partidos. Esperava - se que esse poder político se transformasse na estrutura básica da nação, ligado a um poder militar, baseado na estrutura de informação.

Assim observamos uma rede de colaborações e pactos políticos que envolvem várias dimensões da realidade social. A educação está envolta em um emaranhado cujos fios são a economia, a política e a segurança nacional no sentido de combate ao inimigo interno.

Os governos da ditadura adotaram como fio condutor o atendimento dos interesses do capital ao reprimir os grupos de oposição ao projeto de modernização associado e dependente do capital estrangeiro. Na esteira desse processo, a centralização das decisões nas mãos do executivo, com grande poder de ordenação da sociedade civil, permitiu a difusão do princípio da racionalidade técnica, típica dos intelectuais burgueses que assessoraram os governos militares, como único meio válido para a modernização das relações econômicas no Brasil.

Breve histórico das funções do ensino médio até os anos 1970

Para reconstituir a história do ensino médio cumpre considerar o trabalho de Cury *et al* (1982) e Freitag (2007). Os autores entendem que o sistema educacional responde a fatores exógenos de ordem econômica, política e social, diante disso é possível identificar três funções básicas para o ensino médio: formativa, propedêutica e profissionalizante. Essas funções aparecem na história da educação nos seguintes momentos: “educação e trabalho no modelo agrário/exportador, educação e trabalho no modelo urbano/industrial no período 1930/1961, educação e trabalho no modelo urbano/industrial no período 1961/1981” (CURY *et al*, 1982, p. 15).

No período agrário/exportador, cobrindo o regime político monárquico até os inícios da república, predominou o modelo propedêutico, de caráter acadêmico e de preparação para o ensino superior, restrito às classes dominantes. De outro lado houve um processo inicial de ensino profissional elementar aos pobres e desamparadas. Para Freitag (2007) somente no final do império e início da república que assume forma uma sociedade política capaz, ainda que de forma débil, fazer frente ao predominou vigente em quase toda história do Brasil de uma política educacional forjada exclusivamente na sociedade civil, ou mais precisamente, na Igreja Católica.

No período de 1930 a 1961, em um cenário político de ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) e posterior abertura democrática, a educação assume um caráter dicotômico tendo em vista uma base econômica em processo de industrialização e intensa urbanização. Ao final do Estado Novo a base produtiva e de relações de trabalho se alteram com a introdução de bens de consumo duráveis em face de uma produção até então baseado em bens primários.

Freitag (2007) vê nas mudanças da base econômica uma influência e conscientização da sociedade política quanto a maior importância do sistema educacional. Isso leva a um processo de maior laicização do ensino. Nas palavras de Freitag (2007, p. 91) “a jurisdição estatal passa a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o, assim, ao seu controle direto. A Igreja passa a ter influência cada vez menor sobre ele.”

Acrescenta Cury *et al* (1982) que as funções propedêutica e profissionalizante no Brasil estavam em consonância com a modernização do País, visando a formar, respectivamente de um lado, a elite dirigente urbana capaz de dar suporte à política de industrialização e interessada no ingresso no ensino superior, de outro, a qualificação da mão-de-obra nos limites necessários ao funcionamento do modelo urbano/industrial.

A função formativa, apesar de explicitada, principalmente na lei nº 4.024/61, não foi de fato implementada de maneira ampla, não se questionando sua efetividade na forma em que era proposta. Assim a “própria dualidade do sistema de ensino encarregava-se da socialização diferencial entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais, o que exclui, por definição, uma formação integral do adolescente.” (CURY *et al*,1982, p.20).

A função formativa é entendida no sentido de formação integral visando à preparação de homens livres e autônomos. Implica “o desenvolvimento da personalidade em seus aspectos essenciais - intelectual, moral, social, vocacional e físico” (CURY *et al*, 1982, p. 20). Nota - se que até 1964, ainda em um ambiente político democrático, há um debate aberto sobre os rumos da política educacional e demandas em torno de uma educação integral, formativa. Fala – se de uma tentativa de equilibrar a formação humanística/científica com o científico/tecnológico.

Porém, a partir do golpe de 1964 e instalação do regime civil-militar ocorre no campo da educação no ensino média a preponderância da profissionalização. Nos moldes de uma economia em fase de internacionalização e de endurecimento político a profissionalização do ensino médio passa a ser obrigatória e universal. A junção de educação e trabalho no ensino média é fruto para Cury *et al*(1982) da maior presença estrangeira no mercado interno e das mudanças na organização do trabalho exigindo uma maior produtividade a partir da inserção de novas tecnologias exige, de acordo com Freitag (2007) está assentado no excedente de força de trabalho mantida com baixos salários fortalecendo os laços de dependência estrutural da economia e sociedade.

Um conjunto de medidas governamentais e de ação da sociedade civil vão dar corpo ao movimento de profissionalizar do ensino médio. Visto a seguir.

A profissionalização do ensino médio nas práticas governamentais e no discurso empresarial

A ordem de exposição é feita a partir do olhar às seguintes dimensões: a dimensão externa nas relações geopolíticas no interior do Bloco Ocidental de poder liderado pelos EUA, segundo o ideário da ESG; a dimensão ideológica e operativa de organizações da sociedade civil, formação de quadros pelos EUA e atuação do IPES e associados internamente; a dimensão operativa na aparelhamento do executivo federal e aparelhamento do parlamento, quando a hegemonia se realiza nas políticas públicas.

Procura – se seguir o viés interpretação de Gramsci (2007) quando este fala dos aparelhos hegemônicos e da atuação do estado. Essas dimensões estabelecem uma conexão entre os poderes de forma que,

o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo). Naturalmente, os três poderes são também órgãos da hegemonia política, mas em medida diversa: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3) Governo. (GRAMSCI, 2007, p. 233)

Isso configura um complexo de relações que na realidade reflete a ocupação pela elite burguesa, representada pelos empresários e seus intelectuais orgânicos, das estruturas de poder. Assim, ao olhar o sistema educacional, no período de 1964 a 1973, Germano (1990) observa a presença três elementos ou nas palavras do autor um “tripé ideológico [...] constituído pela doutrina de segurança nacional, pela teoria do capital humano e por correntes do pensamento cristão conservador” (GERMANO, 1990, p. 265 – 266). Será discutida em maior detalhe os dois primeiros elementos, pois na dinâmica da Guerra Fria eles estão em constante interação tendo em vista a construção das reformas educacionais. Esses elementos são frutos diretos da hegemonia norte-americana.

Para situar o papel dos EUA no setor de educação cabe tratar inicialmente da Aliança para o Progresso (1961-1970). Nela é traçado os rumos do desenvolvimento social e econômico da América Latina. Previa – se um conjunto de medias de assistência na parte financeira e de consultoria. Lá constam as metas e as medidas em diversas áreas. No que toca à educação consta:

Eliminar o analfabetismo de adultos. Assegurar um mínimo de seis anos de educação primária gratuita e obrigatória a toda criança. Modernizar e ampliar os meios para o ensino secundário, vocacional, técnico e superior. Estimular o ensino das ciências e da investigação científica e tecnológica. Estabelecer sistemas de bolsas e outras formas de assistência social e econômica ao estudante. Intensificar entre os países o intercâmbio de estudantes, professores e outros especialistas. Desenvolver e fortalecer centros nacionais e regionais para o aperfeiçoamento de formação de professores (REVISTA DAS CLASSES PRODUTORAS, 1962, p.28).

Este conjunto de objetivos gerais irão marcar os anos posteriores ao golpe de 1964. Nos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) para os anos de 1965 a 1968. Os meandros destes acordos são desvendados por Arapiraca (1979) que encontra neles uma direção de imposição pela via da diplomacia do consentimento e da “boa vizinhança” sobremaneira nos planos e práticas educativas no ensino médio.

Há todo um rol de medidas focalizadas no treinamento de quadros técnicos no exterior e na adoção da filosofia pedagógica e econômica dos EUA. Ainda que o foco tenha sido o ensino superior, o ensino médio também recebeu alguma atenção dado o gargalo identificado no planejamento nas esferas estaduais. A sociedade política mobilizada na burocracia ministerial montou a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) em 1966, esta por sua vez contou com a presença de consultores e financiamento dos EUA. A EPEM resultou no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) em 1968.

A respeito da consultoria dos EUA é importante ver a questão curricular pois nela verificamos o grau de interferência e alinhamento do governo brasileiro. Sobre o que os técnicos brasileiros enviados ao estrangeiro aprendiam sabemos que envolviam,

estudos das bases filosóficas dos programas nas escolas dos EUA administração da educação pública nos EUA; sistema educacional dos EUA; formação de professores nos EUA; papel da educação na transmissão dos valores básicos de uma cultura específica como base para examinar as práticas educacionais". (ARAPIRACA, 1979, p. 167)

Fato também que os técnicos brasileiros não tiveram necessariamente contato com as práticas mais modernas, ou o alto padrão do sistema educacional dos EUA. O perfil de referências eram as comunidades de baixa renda claramente objeto de controle social por parte do governo local. Tanto que o acordo previa, de acordo com Arapiraca (1979, p.168), "atenção especial dada à observação de atividades em

escolas-comunidade de grupos não privilegiados e estudo do papel da escola em comunidades em mudanças".

Ou seja, a solução encontrada pelos EUA às suas minorias poderia ser estendida a países considerados periféricos pela administração desse país. Arapicara (1979) elenca os programas dos cursos e seus objetivos contidos nos documentos oficiais em cada data. Vale ressaltar que tais cursos foram ministrados na Universidade de San Diego. Em relação ao ensino médio e ao planejamento escolar a documentação informa,

PREMEN -Educação (Biblioteconomia, Aconselhamento e Curriculum) 11/03 a 02/06 de 1972 os objetivos desse programa: coletar informações sobre supervisão, técnicas e programas de treinamento fora e em serviço e (pre-service) o papel, organização e funcionamento dos Conselhos de Educação local e regional e Associação de Pais e Mestres; o papel, organização e funcionamento dos Conselhos de Educação local e regional e Associação de Pais e Mestres; o papel do Departamento Estadual de Educação em financiar, normatizar e legitimar escolas e professores, e o processo de tomada de decisões na educação americana; (2) analisar novos materiais e técnicas instrucionais; (3) demonstrar habilidade em algumas das inovações em seus respectivos campos; (4) aplicar informações e insights obtidos através de atividades estabelecidas previamente para o quadro da educação secundária brasileira com especial referência ao Ginásio Polivalente (5) desenvolver a coesão do grupo no respectivo campo, no Ministério da Educação e nos estados; e (6) formular e escrever planos de ação para aplicação nos grupos dos respectivos campos, Ministério de Educação, nos estados e locais de escolas isoladas. AIO -Planejamento Educacional (OEM/Secundária e Vocacional) 07/11 a 08/12 de 1972 os objetivos deste [...]: (1) identificar e analisar as soluções americanas para os problemas de educação secundária aos níveis de local, microrregional e estadual; (2) identificar e analisar as soluções americanas para os problemas de treinamento acelerado de mão de obra industrial; (3) estudar as soluções americanas para os problemas de melhoria, atualização, aperfeiçoamento e especialização de professores e instrutores; (4) analisar os problemas relacionados com as políticas de desenvolvimento educacional; (5) analisar os relacionamentos entre os vários níveis de educação (particular -mente o secundário) e dentro deste os seus equivalentes nos Estados Unidos, o relacionamento entre os cursos (of study) que ele oferece; (6) estudar os sistemas de financiamento escolar (utilização de recursos locais, estaduais e federais) e a contribuição individual aos estudantes; e (7) analisar o processo de participação da comunidade na vida da escola, nas zonas rural e urbana. (ARAPIRACA, 1979, p. 177-179)

Essa série de medidas assentaram as bases da lei nº5692/71. Segundo a fala do relator do anteprojeto de lei, Chagas (1972), o Premem serviu como exemplo para a elaboração da nova estrutura de ensino primário e médio. Os estabelecimentos arquitetados para o Premem se ajustariam ao novo ensino médio para atender os

seguintes objetivos: preparar o indivíduo para autogerir - se, formar o homem pelo trabalho útil a si e aos demais e formar o cidadão consciente de seu papel na sociedade nacional. Nesta visão o ensino profissional e os ensinos acadêmicos são indistintos. Chagas (1972) é enfático ao falar que o desenvolvimento não poder ser pensado sem um Projeto de Nação e, portanto, sem um projeto educacional a fim de atendê - lo. Na questão curricular há a consideração do ensino primário como de sondagens de aptidões e no ensino médio o objetivo de habilitação profissional.

O objetivo central é encaminhar todos na vida adulta a uma qualificação profissional. Cabe salientar que esta visão era compartilhada pela sociedade civil, sobretudo as organizações empresariais, na figura do IPES. É o que indica o trabalho de Souza (1978). A autora detalha o projeto educacional do IPES e grupos associados. Existe uma linha do tempo de 1962 a 1968 em que o IPES centraliza e organiza à ação de classe da sociedade civil e elaboração de um projeto de hegemonia.

No calor de intensos movimentos de lutas estudantis contra o regime ditatorial, as classes empresariais se reúnem em um Fórum em 10 de outubro de 1968 para discutir o problema educacional e buscar soluções. O evento foi patrocinado pelo Jockey Club Brasileiro e pela PUC - RJ sob os auspícios do ex-ministro e grande ideólogo ultraliberal, Roberto Campos (1917 – 2001), e Paulo de Assis Ribeiro (1906 – 1974) no IPES desde sua fundação e ativo no governo.

Fica claro em toda discussão a intenção de promover os interesses privados e conter o movimento estudantil dando subsídios à atuação do governo ditatorial. Situado às vésperas do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que fechou ainda mais o regime. Aliás, a imprensa à época informa que o fechamento do regime foi patrocinado pelo IPES. Fala – se de uma guerra revolucionária da esquerda e pregação contra a abertura política pois “perigosa, criando os elementos para uma ação dos marginalizados, política de todas as áreas” (TFP...1968, p.3). Reclama - se também da omissão do ministro da educação ante a esquerdização. A imprensa até fala de um caráter fascista nas ações do IPES.

Nessa situação de alta tensão, as classes dominantes, de intelectuais orgânicos a empresários se reuniram para debater os seguintes temas assim organizados no Fórum de 1968 e sintetizados no documento A Educação que nos convém publicado em 1969. Neste trabalho podemos ver uma grande preocupação com o problema da universidade e uma priorização do ensino secundário como

preparação para o mercado de trabalho. Existe uma bifurcação nos seguintes termos "[...] a educação secundária num país subdesenvolvido deve atender à educação de massa, enquanto o ensino universitário, fatalmente terá que continuar um ensino de elite" (SOUZA, 1978 p. 87). Indica a sintonia da sociedade civil e seus intelectuais quanto às práticas da sociedade política exposto anteriormente no conflito entre uma educação formativa e integral ante uma profissionalizante e reprodutora das desigualdades. Assim, para Souza (1978, p. 109) "[...] o projeto educacional do IPES se configura pois, das elites pensantes, que passam a propor um conjunto de medidas para a transformação da educação brasileira num instrumento dos setores dominantes da sociedade".

Fica a questão de como esse instrumento se construiu. Qual a justificativa desses setores dominantes em operar o sistema educacional? Entra neste instante a teoria do capital humano. O país atravessa o período conhecido pelo "milagre" econômico (1967-1973) caracterizado pelos seguintes aspectos: crescimento acelerado, concentração de renda e compressão salarial de acordo com Barone, Bastos e Matto (2017). Com a aceleração do crescimento veio uma enorme desigualdade de renda. Os mais ricos viram sua renda crescer enquanto para os mais pobres na fala de Barone, Bastos e Mattos (2017, p. 7) o "salário mínimo real cai continuamente entre 1964 e 1970, estabilizando – se, a partir daí, num valor cerca de 35% inferior ao de 1964".

Aparece a teoria do capital humano mediante a articulação dos intelectuais orgânicos do regime, por exemplo, o economista Carlos Geraldo Langoni (1944). Para este economista a educação é garantidora da produtividade e fator explicativo da desigualdade. Desta forma, basta reforma a educação pautada pela observância de atendimento às exigências do mercado que os problemas serão resolvidos. Em linhas gerais a teoria do capital humano parte,

da teoria neoclássica da distribuição que, no caso do "fator trabalho", relaciona remunerações salariais à produtividade marginal do trabalho. Para esta teoria a produtividade do trabalho de cada indivíduo seria resultado direto de seu grau de instrução, ou seja, quanto maior o nível de instrução do indivíduo maior sua produtividade e, conseqüentemente, maior a sua remuneração. Partindo deste ponto de vista teórico, investimentos em educação desdobrar-se-iam em acréscimos de produtividade e, conseqüentemente, em ganhos de salário real no mercado de trabalho. A teoria do capital humano se restringe, assim, a explicar a distribuição pessoal da renda de forma harmoniosa, a partir de atributos específicos dos indivíduos, sem levar em consideração os limites e as possibilidades de cada

classe social em reservar para si uma fração da riqueza socialmente criada.
(BARONE, BASTOS, MATTOS, 2017, p. 10)

Assim a teoria do capital humano assuma uma lógica própria de um pensamento econômico matematizado, generalizador, racional e neutro como destaca Klüger (2015). A autora vê nisso uma das razões do poder dos economistas dentro de uma tecnocracia que se coloca como apolítica e qualificada. Em vez do debate se voltar aos fundamentos políticos dos modelos econômicos a lógica do capital humano se dirige aos “debates acerca das ferramentas, medidas, cálculos, construção e uso de indicadores e coleta de dados, sem consideração pelas finalidades últimas da condução econômica praticada” (KLÜGER, 2015, 419). Assim a política educacional é envolta nesse discurso hegemônico operante nas entranhas do parlamento e do governo. E os intelectuais orgânicos do IPES vão aparelhar essas esferas de poder reproduzindo em práticas educacionais de planejamento a teoria do capital.

Na condução do aparelhamento do estado as aspirações de poder estão bem desenhadas. A educação opera no sentido de ser um fundamento do projeto político autoritário da ditadura e do processo de acumulação de capital. Assim, é alvo de grande interesse dos grupos empresariais. Para Dreifuss (1981) o IPES tinha seus filiados e colaboradores em postos centrais nas áreas de Educação e Cultura. O planejamento educacional estava subordinado ao planejamento global (econômico). A equipe responsável pelas reformas era formada por membros do Grupo de Estudos e Doutrina do IPES - Rio, como Paulo de Assis Ribeiro:

A nova política educacional tornou - se a expressão da reordenação das formas de controle social e político, funcional para as exigências dos interesses econômicos que tornaram necessária a reformulação do sistema político e da economia em primeiro lugar. A educação popular, que não é nosso foco, porém interessa observar as intenções pois elas revelam a preocupação com a mão - de - obra qualificada para os escalões mais altos da administração e da indústria. A Constituição de 1967 incentivou as escolas particulares em detrimento das universidades públicas e gratuitas (DREIFUSS, 1981, p. 442).

Ou seja, dentro do contexto geral de uma economia muito desigual, excludente, era preciso especialistas para atender um mercado interno da alta burguesia exigente de produtos sofisticados. O ensino superior passa a ser considerado um insumo direcionado segundo os interesses empresariais. Houve, no entanto, certa atenção a educação popular com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL):

Instituído sob a égide de Mario Henrique Simonsen, tornando - se seu dirigente Arlindo Lopes Correa, que havia delineado um dos planos de mobilização da classe média, empregados pelo IPES [...] o governo impôs uma campanha de alfabetização de caráter explicitamente ideológico, destinada a instilar nas classes trabalhadoras urbanas os valores do capitalismo autoritário [...] a doutrinação cívica, através do sistema escola foi um trabalho que teve, no planejamento [...] a colaboração da Liga de Defesa Nacional - patrocinada pelo IPES - da Campanha de Educação Cívica e da Escola superior de Guerra (DREIFUSS, 1981, p. 443).

Na dimensão do aparelhamento do parlamento isso é desenhado por Beltrão (2017) ao tratar sobre a reforma do ensino médio em 1971. Na visão oficial da época, do ministro da educação Jarbas Passarinho (1920 – 2016), a finalidade era “abandonar o ensino ver balístico e academizado para partir, vigorosamente, para um sistema educativo” (BELTRÃO, 2017, sem paginação) voltado às necessidades do desenvolvimento. Pretendia também abandonar a função propedêutica e se limitar, no caso o ensino médio formar “os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública” nas palavras do Ministro (BELTRÃO, 2017, sem paginação).

Conforme Beltrão (2017), ouvindo especialistas, as razões da reforma de 1971 gravitam ou como contenção ao ingresso no ensino superior ou preparação para o mercado de trabalho. Para além do discurso oficial, a própria tramitação do projeto de reforma revela a tal “fome” dita pelo ministro Jarbas Passarinho. Em 40 dias o congresso apreciou a matéria. O tom da urgência é dado pelo depoimento do deputado Flexa Ribeiro da Aliança Nacional Renovadora - Arena (1966-1979), de apoio ao governo, ao falar da “o país precisa de mão de obra de melhor qualidade e maior quantidade, no menor tempo possível” Beltrão (2017). Flexa Ribeiro, era dono do Colégio Andrews e ligado ao IPES. O parlamento foi além. O projeto de governo dava a opção ao aluno em aprofundar os estudos gerais, por emenda foi deixado como objetivo exclusivo do ensino médio a formação profissional. Na justificativa para emenda o deputado da Arena Bezerra de Melo, também empresário do setor educacional, é taxativo “é necessário fechar de uma vez por todas a porta das escolas ao ensino ver balístico e academizante”

Beltrão (2017) aponta os problemas para efetivação da lei nº5692/71, dentre eles o grande motivo de reclamação dos administradores das escolas à época é a falta de recursos. O velho problema do federalismo brasileiro que não iremos detalhar neste texto é a questão do financiamento da educação básica e no período da ditadura a vinculação de despesas na esfera federal foi abandonada.

Considerações finais

Ao longo deste texto, discorreremos sobre a ação de classe para a derrubada do governo Goulart e as bases classistas do estado ditatorial subsequente ao golpe civil – militar de 1964. Tendo como protagonistas o imperialismo norte – americano e seus associados nacionais na figura da burguesia vinculada ao IPES e associados. Vimos o desenrolar desses vínculos na política educacional nos governos pós – 1964.

A respeito do empresariado foi bem destacado sua capacidade de articulação. Envolvendo diversos setores da sociedade na disseminação de propaganda anticomunista com a finalidade de desestabilizar regimes considerados de esquerda. Para além disso ficou evidenciado o aparelhamento do estado com sócios ipesianos que implementaram políticas públicas em parceria com os EUA líderes do bloco ocidental na Guerra Fria. Ou seja, setores da sociedade civil, os empresários organizados, articularam direta e indiretamente o golpe de 1964 e os projetos de governo com os militares nos anos seguintes.

Para alcançar os objetivos propostos no trabalho fizemos uso de fontes primárias e de reconstituição histórica, fundamentada pelo método do materialismo histórico de leitura gramsciana. Os documentos relativos aos acordos do MEC com a USAID trouxeram à luz a questão do apoio orgânico dos governos e empresários nacionais com os EUA, a formação dos pactos políticos e o entendimento da educação como parte dos planos econômicos e de fator para consolidação do poder das classes dominantes.

Por fim, em relação ao que entendemos como papel da educação reproduzo as palavras de Dermeval Saviani, a “escola não é agência de treinamento profissional para as empresas. Escola é instituição de formação dos seres humanos, de acesso à cultura letrada.” (BELTRÃO, 2017, sem paginação).

Essa reflexão ilumina o contexto atual desde a aprovação de uma nova reforma no ensino médio em 2017 e volta, como se a história se repetisse, a discussão sobre a profissionalização. Em momento de grave crise econômica, restrição de gastos públicos e aumento da desigualdade.

Referências

- ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.
- BARONE, R.S.; BASTOS, P.P.Z., MATTOS, F.A.M. Capital Humano ou Capitalismo Selvagem? Um Balanço da Controvérsia Sobre Distribuição de Renda durante o “Milagre” Brasileiro. **Revista de Economia Contemporânea** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1-25, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000300203&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 mai. 2021.
- BARROS, A.; CHAVES, L. G. B. Escola Superior de Guerra (ESG). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg> Acesso em: 18 mai. 2021.
- BELTRÃO, T. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Senado Notícias**, Brasília, 03 mar. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 18 mai. 2021.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 18 mai. 2021.
- CAMPOS, P.H.P. Empresariado e Ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. **Sillogés**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p 15 – 41, jan./jun. 2020,
- CHAGAS, V. A nova escola de que o Brasil precisa [janeiro 1972]. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 12 janeiro 1972. Jornal impresso.
- CURY, C. R. J. et al. **A profissionalização do ensino na Lei n. 5.692/1971**. Brasília, DF: INEP/MEC, 1982. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27093. Acesso em: 18 mai. 2021.
- DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**; ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981 [1981]
- FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 7.ed. São Paulo: Centauro, 2007.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 2**: Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 3**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAMARÃO, S; Pinto, S. C.A; MOREIRA, R.L. **Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) verbete**. In: Acervo de Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. LIGOURI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, R. Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 64. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463226-papeis-de-militares-expoem-atuacao-da-fiesp-no-golpe-de-64.shtml?cmpid=comptw>. Acesso em: 18 mai. 2021.

REVISTA DAS CLASSES PRODUTORAS (RCP). Rio de Janeiro: **ACRJ**. N. 937, ano. 24, jul, 1962. 72 p.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas, Autores Associados, 2013.

SOUZA, M.I.S. **Estudos sobre o pensamento educacional das elites brasileiras**. 1978. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.

TFP é inspirada no Ipes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 18 set. 1968. P.3.